

Qualidade na educação: uma discussão teórica sobre o sistema educacional brasileiro
Quality in education: a theoretical discussion on the Brazilian educational system
Calidad en la educación: una discusión teórica sobre el sistema educativo brasileño

Recebido: 08/05/2020 | Revisado: 10/05/2020 | Aceito: 28/05/2020 | Publicado: 25/06/2020

Rafaela Fernandes Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1066-4073>

Instituto Federal do Ceará, Brasil

E-mail: rafaelafernandespereira28@gmail.com

Maria Cleide da Silva Barroso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5577-9523>

Instituto Federal do Ceará, Brasil

E-mail: ccleideifcemaraca@gmail.com

Francisca Helena de Oliveira Holanda

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5555-5394>

Instituto Federal do Ceará, Brasil

E-mail: hramcysca@yahoo.com.br

Caroline de Goes Sampaio

Instituto Federal do Ceará, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3642-234X>

E-mail: carol-quimica@hotmail.com

Resumo

No presente artigo é retratada uma visão do cenário brasileiro no contexto educacional. Percebe-se que a qualidade é um ponto muito discutido na educação brasileira, pode-se constatar inclusive que este conceito/categoria/paradigma é muitas vezes utilizado em multiplicidade de formas. Portanto, este texto tem como objetivos: apresentar o debate sobre a definição de educação de qualidade; discutir sobre: a Base Nacional Comum Curricular-BNCCe os Conhecimentos das Ciências da Natureza no Ensino Fundamental; demonstrar uma das políticas avaliativas realizadas no Brasil na educação básica. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico de textos com temática voltada para o ensino no país, políticas educacionais e ainda sobre a BNCC, com intuito de fazer uma análise do sistema educacional

brasileiro. Por fim, constatou-se que de fato apesar de políticas públicas avançarem em termos de projetos para a melhoria da educação, ainda tem-se um longo caminho para alcançar a qualidade educacional.

Palavras-chave: Educação; Políticas Educacionais; Qualidade.

Abstract

This article portrays a view of the Brazilian scenario in the educational context. It is noticed that quality is a very discussed point in Brazilian education, it can be seen that this concept / category / paradigm is often used in multiple ways. Therefore, this text aims to: present the debate on the definition of quality education; discuss about: the Common Base National Curriculum-BNCC and the Knowledge of Natural Sciences in Elementary Education; demonstrate one of the evaluative policies carried out in Brazil in basic education. To this end, a bibliographic study of texts with a theme focused on teaching in the country, educational policies and even on the BNCC was carried out, with the aim of analyzing the Brazilian educational system. Finally, it was found that despite the fact that public policies are advancing in terms of projects to improve education, there is still a long way to reach educational quality.

Keywords: Education; Educational Policies; Quality.

Resumen

Este artículo retrata una visión del escenario brasileño en el contexto educativo. Se observa que la calidad es un punto muy discutido en la educación brasileña, se puede ver que este concepto / categoría / paradigma a menudo se usa de múltiples maneras. Por lo tanto, este texto tiene como objetivo: presentar el debate sobre la definición de educación de calidad; discutir sobre: el Currículo Nacional de Base Común-BNCC y el Conocimiento de Ciencias Naturales en Educación Primaria; demostrar una de las políticas evaluativas llevadas a cabo en Brasil en educación básica. Con este fin, se realizó un estudio bibliográfico de textos con un tema centrado en la enseñanza en el país, las políticas educativas e incluso en el BNCC, con el fin de hacer un análisis del sistema educativo brasileño. Finalmente, se encontró que a pesar del hecho de que las políticas públicas están avanzando en términos de proyectos para mejorar la educación, todavía hay un largo camino para alcanzar la calidad educativa.

Palabras clave: educación; Políticas educativas; Calidad.

1. Introdução

A educação é aporte fundamental para a criação de estruturas de pensamento e para a formação ou manutenção de determinada sociedade. Cada país constitui suas políticas educacionais que formulam seus sistemas escolares, no Brasil não é diferente.

Atualmente, apesar de haver legislação para a educação no Brasil uma parte da população ainda continua sem permanência, embora tenham o direito de ir à escola, assegurado pela Constituição Federal de 1988, Art. 205, que irá dizer:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, Art.205)

Essa parte da população ainda vive sem uma educação de qualidade, pois vivem em condições de extrema miséria e portanto, acabam por não ir a uma instituição de ensino, e ainda, outra situação na qual os brasileiros se encontram, os mesmos tem o direito a educação e possuem condições mínimas de frequentar uma escola, contudo, as escolas públicas que são as acessíveis pela população mais carente, na maioria dos casos não dispõe de políticas adequadas de permanência, nem êxito, ou seja, os estudantes que estão nessa situação não tem uma educação de qualidade.

As estruturas entre as redes de ensino públicas e privadas são bem distintas. No setor público temos uma estruturação precária, sem materiais mínimos para o conforto do aluno¹, a instituição privada é o contrário, pois a maioria destas possui uma estrutura adequada de ensino tanto física como material, pois, não dependem de verbas públicas e por conseguinte estão sempre podendo ter aquisição dos equipamentos necessários para as aulas e para o bem estar do aluno, e o aluno com possibilidade de acessar culturalmente o que foi produzido historicamente pela humanidade. O que de acordo com Saviani (2000, p. 17), a função social da educação que se exprime pela escola é: “produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

¹ Esse fato é observado com mais frequência nas escolas de ensino público básico.

1.2. Categoria Qualidade

A definição de qualidade no Brasil e no mundo podem, por muitas vezes, serem equivocadas, pois esta categoria, paradigma, ou conceito traz consigo diversas significações, uma dessas é definida por Silva (2008):

O termo “qualidade” caracteriza um determinado estado de coisas num sentido positivo. Ao afirmar que “um produto é de qualidade” ou que “uma escola é de qualidade”, atribuímos-lhes condição ou situação desejável. Em oposição, algo é considerado de má qualidade na medida em que se distancia daquilo que é esperado ou desejado. Este breve arrazoado nos dá uma ideia do contorno do uso do termo, mas não nos informa sobre aquilo a que se refere, pois a definição e o significado da qualidade de qualquer coisa varia em duas direções distintas e concomitantes: de objeto para objeto e de acordo com o contexto histórico em que ele é, por assim dizer, qualificado (Silva, 2008, p. 194).

Desta forma, no país as escolas se encontram divididas em instituições públicas e privadas, e para que uma escola seja vista como de qualidade, se classifica a partir de sua estrutura física, e outros fatores como o rendimento dos alunos, desenvolvimento e êxito.

O conceito de qualidade dispõe de significados e cada um pode ser interpretado de maneira diferente. Podemos observar essa evolução a partir do comentário de Silva (2008), que dá como exemplo as escolas de 40 ou 50 anos atrás. “Nesta época uma escola considerada de qualidade era aquela que tinha uma grande exigência e ensinava de forma rigorosa, reprovando os alunos que eram considerados “inaptos” ou “pouco esforçados”, com isso uma escola chegava a ser de qualidade pela quantidade de alunos que reprovava.

As mudanças na educação vieram gradativamente, de acordo com Menegão (2015). As escolas a partir da década de 40 e discussões sobre qualidade referente à educação começaram a ser mais debatidas entre os docentes e outros especialistas na área, devido ao fato de que o universo escolar está sempre sofrendo modificações. A expansão trouxe a maior parte da população, sem acesso a escolaridade uma oportunidade de entrar nesse meio. Vale salientar, que apenas uma ínfima parcela dos cidadãos tinha acesso a instituições de ensino, sejam elas básicas ou superiores.

A preocupação com a qualidade² no ensino, em nosso país se torna evidente a partir das reformas educacionais dos anos de 1990. No Brasil, demarcando com maior particularidade as décadas de 1980 e 1990, se implantaram as primeiras tentativas de avaliação em larga escala, levadas, a efeito, pelo Ministério da Educação – MEC. De acordo com Werle (2011, p. 771).

A década de 1980 caracteriza-se pelo processo de abertura política; no fim da ditadura militar, início dos anos oitenta, o Brasil convivia com alta inflação e um período de estagnação econômica. O tecnicismo e a profissionalização compulsória no ensino de segundo grau e a desarticulação entre os três graus de ensino haviam chegado ao seu limite. A proposta de integrar a educação geral e a formação para o trabalho desde o primeiro grau não atingira seus objetivos. A exigência de profissionalização em todos os cursos do ensino de segundo grau provocara desqualificação da formação de nível médio. A nação clamava por redemocratização e desencadeava tal processo. Era momento de intensas expectativas de participação e abertura dos processos de gestão da educação, mobilizando a sociedade e os educadores. Em 1988, uma nova Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Constituição Cidadã - deu espaço para intenções e projetos abafados há muito, contemplando demandas de democratização.

É necessário observar vários fatores para reputar uma escola como de qualidade. Pode ser levado em consideração a história da instituição, o local em que se situa e outros fatores, confirmando esse fato, Silva (2008) intercala:

Por tanto, dizer que “essa é uma escola de qualidade” não significa ter descoberto ou comprovado suas características reais, mas interpretá-las com base em certas condições históricas, territoriais, culturais, de classe ou grupo social. Na medida em que se estabelece o conceito de qualidade é socialmente construído, importa aqui o modo como se estabelece a relação entre os sujeitos e aquilo que é qualificado (p.195).

A escola de qualidade é uma mercadoria, moeda de troca, metáfora, ou conto (?) associada a melhores condições de materiais e equipamentos, dando ao aluno mais conforto. Os discentes que costumam frequentar essas instituições advêm na maioria das vezes, de classe média para alta, ou seja, possuem índice de desenvolvimento humano melhor. Essas escolas são diversas vezes julgadas como mais aptas que outras, que se encontram em localidades mais adequadas, menos periféricas. Claramente são observados diversos fatores que culminam na qualidade de uma instituição de ensino, como os fatores sociais e materiais, mas até a questão interna, que engloba os profissionais que trabalham na instituição. Apesar

² O termo qualidade se apresenta em artigos e pesquisas com uma variação de denominação. Por vezes é apontada como categoria, outras conceito, e ainda, como um paradigma das políticas educacionais da atualidade.

destes fatores, que no senso comum podem implicar diretamente na qualidade da escola, um dos mais importantes é a formação dos docentes, e outros profissionais que administram a escola, este importa diretamente na formação dos alunos e na organização da escola.

De fato, existem muitos critérios para julgar uma escola de qualidade ou não, por isso é reforçado que a perspectiva de qualidade se dá através de critérios comparativos, como apresentado por Silva (2008):

As comparações podem ser feitas por meio da exclusão de critérios valorativos considerados indesejáveis, como determinar que escolas de qualidade seriam apenas aquelas que “aprovam seus alunos nos vestibulares mais concorridos”, ou então estipular que a qualidade em educação implicaria necessariamente “a adoção de uma estão democrática” (Silva, 2008, p.199).

Deste modo, é possível compreender que para definir as condições de qualidade para educação e, para as instituições é necessária à identificação das circunstâncias mínimas para o aprendizado do discente. A importância de condições mínimas no ambiente escolar, a qualidade da instituição necessita também de insumos em conformidade com os autores Dourado, Oliveira e Santos (2007), de “insumos indispensáveis”, que são conjunturas de trabalho e de pessoal engajado, interessados, colocados em concordância com as políticas educacionais do país. Logo, o que necessariamente constituiria uma instituição de ensino de qualidade? Seria somente os materiais que ela possui ou sua estrutura física? A resposta possível, contudo, segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007, p.11):

As pesquisas e os estudos sobre a qualidade da educação revelam, também, que uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, em que pesem muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades socioeconômicas e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação (Dourado, Oliveira & Santos, Ibidem, 2007, p.11)

Portanto, é imprescindível que além de uma boa estrutura, é preciso ter profissionais preparados e engajados, e que todos que atuem nessa instituição tenham a mínima noção de conceitos como: desigualdades socioeconômicas, culturais e raciais. Sabendo disso, os alunos poderão ser acolhidos de forma igualitária, democrática e a instituição poderá oferecer aquele aluno uma boa educação, ou seja, a educação com qualidade

1.3. Trabalhar com a Perspectiva da Qualidade x Quantidade

Um trabalho de qualidade é aquele reconhecido como bem estruturado, construído e constituído pelos profissionais mais capacitados e com os melhores materiais, dessarte, como esperar que uma instituição de ensino seja de qualidade sem que possua materiais de qualidade, e toda uma organização para a instrução de seus discentes?

Indagação que repercute e associa a falta de materiais com qualidade nas escolas públicas. E é um problema sério que a própria instituição acaba por realizar as funções cotidianas e as substituições de equipamentos e materiais com o que tem disponível, projetos com materiais recicláveis são uma realidade. Em se tratando do ensino de ciências, fica mais prejudicado, pois verbas são enviadas com o propósito de suprir essa necessidade instrumental, para laboratórios ou algumas práticas em sala ou até mesmo utensílios de escritório, porém visto que esses petrechos são necessários em grandes quantidades, os administradores da instituição se veem obrigados a comprar com menos qualidade para garantir uma quantidade maior.

No Brasil as escolas são regulamentadas por políticas educacionais, que consistem em uma série de medidas planejadas e implementadas pelo governo para o campo da educação. São estabelecidas por um processo nacional no qual serão pleiteadas as temáticas necessárias para asseverar uma educação de qualidade. As políticas educacionais devem levar em consideração, acima de tudo, todos os tópicos abordados pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Brasil, 1996). No país encontra-se várias iniciativas que fazem parte dessa política educacional, uma das mais importantes e que foi gerada a partir dos anos 1990 nas reformas educacionais é a “Educação para Todos”³ que institui a educação como um direito para todos os cidadãos, uma educação de qualidade⁴.

Apesar de existir todo esse contexto evidente de leis e de políticas que dão o direito ao cidadão a ingressar na educação e adquirir o conhecimento necessário, como também o formar para trabalhar, questionar e contribuir com o crescimento da nação, encontra-se a falta efetiva de aplicação das leis.

³ De acordo com Rabelo, Segundo e Jimenez (2009), Educação Para Todos (EPT) é definido como as diretrizes das políticas educacionais nos países do capitalismo periférico. Apresentaram essa análise por meio do conteúdo de três documentos, no qual é consolidada a política da EPT: Declaração de Jomtien (1990), à Declaração de Nova Delhi (1993) e ao Marco de Ação de Dakar (2000).

⁴ A categoria/conceito/paradigma é associada a EPT.

O fato é que a qualidade não é para todos (!?). A qualidade não se propaga igualmente no país. A qualidade assume diversos significados, mas na educação a qualidade é percebida quando o aluno pode ter em totalidade o melhor que o país possa oferecer gratuitamente, educação de qualidade é construída com profissionais qualificados, materiais/equipamentos de qualidade, gestão preparada, e uma boa estrutura física das instituições públicas no limite democrático. E infelizmente, como na lei isso não acontece para todos, aproveitando o trocadilho da EPT⁵.

1.4. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Conhecimentos das Ciências da Natureza no Ensino Fundamental

A escola evolui com o passar dos anos, naturalmente novas medidas são tomadas para tentar buscar essa escola de qualidade. Uma dessas mudanças no ensino desde a educação infantil até o ensino médio, foi a implementação de um conjunto de normas que irão definir a aprendizagens essenciais que os discentes deverão adquirir em cada etapa que passar nas instituições de ensino da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017-2018.

A Base tem como um de seus objetivos principais nivelar as instituições de ensino básico, sejam elas: públicas ou privadas, é obrigatória diferentemente dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que não eram obrigatórios. Haverá uma carga horaria a ser seguida, tendo 3000 horas no total, se dividindo em 1800 horas para as disciplinas obrigatórias de português e matemática e as outras 1200 horas são para disciplinas da escolha do aluno dentro do itinerário de formação, isto no ensino médio. Haverá mudanças nas outras fases da vida acadêmica, iremos focar no ensino fundamental. Neste período que se compõe de 9 anos, abrangendo jovens entre as idades de 6 a 14 anos, isto segundo o próprio documento da Base Nacional Comum Curricular (2018). O ensino fundamental se divide em dois períodos: Fundamental I⁶ e Fundamental II⁷. A organização do ensino fundamental se apresenta da seguinte forma (Figura 1):

⁵ Novamente a categoria/conceito/paradigma qualidade é associada a EPT.

⁶ Começa no 1º ano ao 5º ano do ensino fundamental.

⁷ Começa no 6º e se estende até o 9º ano do ensino fundamental.

Figura 1: Estrutura do Ensino Fundamental II com a Base Nacional Comum Curricular.



Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

A imagem acima mostra a estrutura em relação as disciplinas do ensino fundamental II. Podemos observar que as disciplinas foram enquadradas dentro das áreas específicas, exemplo é que antes matérias como: gramática, interpretação textual, linguagem estrangeira e outras eram ensinadas e estavam na grade curricular para serem cursadas individualmente, porém, após a integração da BNCC essas disciplinas e outras como artes estão enquadradas dentro da área de Linguagens.

Levando o foco da BNCC no ensino fundamental II para as ciências da natureza que, por sua vez é um conjunto de disciplinas formada por química, física e biologia, mas que, no ensino fundamental em algumas instituições são englobadas em uma só denominada de: ciências. Atualmente foi substituída por ciências da natureza não só no fundamental, mais em todos os anos até o ensino médio. As ciências da natureza são consideradas pelos alunos disciplinas complicadas de se entender, por isso muitos profissionais da educação desenvolvem metodologias para facilitar a compreensão dos discentes nessa disciplina que abrange 3 matérias.

Desta forma, para o contexto desse trabalho já com os fatos citados anteriormente é percebido que essas metodologias exigem certos equipamentos, como: computadores, projetor, materiais para aulas práticas (laboratórios, vidrarias, reagentes), entre outros. É importante chamar atenção para o contexto da qualidade no ensino desse grupo de disciplinas, pois por falta de equipamentos significa que o ensino destas pode ser prejudicado, ou seja, para uma afirmação melhor tem -se:

Ao se trabalhar Ciências nas escolas, deve-se considerar que professores e alunos precisam andar juntos para desenvolver um trabalho integrado, observando a organização de uma sequência lógica na graduação dos conteúdos, e buscando sempre uma aplicação prática dos conceitos teóricos formulados, favorecendo ao professor em

sua ação uma postura reflexiva e investigativa, contribuindo para a construção da autonomia de pensamento e de ação dos envolvidos no processo. (Santos *et al*, 2013, p.15395)

Contudo, o ensino de ciências necessita de: equipamentos, uma boa estrutura, bons materiais para acontecer a união da teoria e prática, propiciando as condições para um ensino de qualidade.

Nessa perspectiva, apesar dessa sistematização, cada fase do ensino fundamental tem seus objetivos principais a serem cumpridos. Nos dois primeiros anos do fundamental a educação é voltada para a alfabetização, já nos demais, temos a preocupação com desafios mais complexos e um aprofundamento nas áreas de conhecimento.

Mudanças na educação são de extrema importância, pois, a sociedade evolui, o mundo evolui e a educação também necessita desse salto para cada vez mais sintonizar a qualidade de ensino aos discentes e as demandas sociais. No entanto, apesar das mudanças estarem formuladas e já para serem aplicadas no Brasil, ainda apresentam algumas carências que precisam ser resolvidas, fora os problemas sociais que podem vir a acontecer com a aplicação obrigatória desta base. Um fato alarmante que abrange todas as escolas é a falta de estrutura que incluem: falta de políticas de formação dos docentes, falta de estrutura para abrigar os alunos no período integral, a organização da escola quanto a gestores nessa nova organização, e outros. Tais problemas irão acarretar uma série de desafios a educação, sem essa estrutura necessária a escola poderá não cumprir com seus objetivos que é o aprendizado; aumento da evasão escolar, e outros como mencionando por Barroso *et al* (2020) que vem a ser o desemprego estrutural crônico de vários professores. Esse desemprego é previsto devido à falta de aulas em áreas específicas de formação do licenciado (eliminação de áreas), pois serão reduzidas a carga horária. E ainda, uma sobreposição das áreas de português e matemática em detrimento das demais.

Consequentemente, é possível observar com esse trecho que a educação passará por mudanças significativas que poderão gerar uma desestabilização na educação, principalmente nas escolas públicas que estão diretamente, ou indiretamente a mercê das políticas do governo federal.

1.5. Avaliação de Sistema Educacional 6º ao 9º do Ensino Fundamental: PAIC

O programa aprendizagem na idade certa ou PAIC, como é comumente chamado, é uma política pública desde 2007 pelo Governo do Estado do Ceará, foi criado após uma preocupação com o baixo desempenho de aprendizagem dos alunos do sistema público de ensino, a partir disso foi instituído o Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, onde o mesmo realizou uma pesquisa 2ª série do ensino fundamental, o resultado foi que apenas 40% dos 8000 estudantes eram considerados alfabetizados, diante desse cenário:

Em 2006, a Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece) e a Undime/CE, com o apoio do Unicef, assumiram o compromisso, com os municípios, de dar continuidade às ações desenvolvidas pelo Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, dando origem ao Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic). A participação de 60 municípios no referido programa ficou condicionada à assinatura de um pacto, no qual os prefeitos se comprometiam a priorizar a alfabetização das crianças nas séries iniciais. A ideia inicial era desenvolver ações conjuntas em cinco áreas: avaliação da aprendizagem, gestão educacional, gestão pedagógica, educação infantil e literatura infantil. (Marques, Ribeiro & Ciasca, 2008, p.437)

Propõe-se a oferecer formação continuada aos professores, e tem como principal objetivo garantir a alfabetização na idade certa, ou seja, é uma articulação entre o Governo do Estado e os municípios do Ceará, com intuito de alfabetizar até o 2º ano do ensino fundamental todos os estudantes da rede pública de ensino. Logo, mas em 2015 surgiu o PAIC MAIS, seria no caso uma ampliação do plano, que no início era até o fim do 2º ano do fundamental e que com a nova reformulação se estenderá até o 5º ano do ensino fundamental da rede pública. O programa MAIS PAIC se divide em 6 eixos no total, são eles:

Tabela 1: Eixos do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC).

Eixo de Gestão	Eixo da Educação Infantil
Eixo do Ensino Fundamental I	Eixo de Literatura Infantil e formação de Leitores
Eixo do Ensino Fundamental II	Eixo de Avaliação Externa

Fonte: <https://paic.seduc.ce.gov.br>

Esses eixos apresentados na Tabela 1 cuidam para que o PAIC seja aplicado e executado corretamente e obtendo com isso os resultados esperados. Para garantir um padrão

de qualidade no sistema PAIC, o programa, assim como outros, utilizam avaliações para constatar sua eficiência, são eles: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) e o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), que são aplicadas no Estado do Ceará, para monitorar junto com as Provas PAIC o ensino fundamental por completo.

Todas essas avaliações diagnósticas devem garantir que o programa esteja com um bom desempenho, contudo, apesar de toda a estruturação desse programa, há pontos de destaque que devem ser observados e que dependem também a estrutura física e material das escolas públicas para a efetivação do programa PAIC. Segundo Marques *et al* (2008, p.436):

Ao contrário da estrutura física, que pode ser mais facilmente avaliada, a aprendizagem das crianças demanda um protocolo de avaliação bem mais complexo, uma vez que busca avaliar algo que não é diretamente observável: o desenvolvimento cognitivo dos alunos. (Marques, Ribeiro & Ciasca, 2008, P.436)

Ou seja, a dificuldade em gerar um ensino de qualidade nos anos escolares é enorme, pois é algo que não é observável, portanto, as avaliações diagnósticas necessitam ser bem estruturadas. Além de insistentemente apontar-se elementos sociais e de infraestrutura para completar a discussão e debate sobre a qualidade de um programa, é importante deixar claro, que ao indicar e mostrar tais pontos, não se está rebaixando ou desqualificando este ou aquele programa, ou aquela política, porém movendo e aproximando a lente pela qual se debate a qualidade inserindo-se em uma perspectiva educacional crítica. E movendo o mote das discussões.

Podemos denominar por excelência, que é a formação do docente e a não precarização dos instrumentos e materiais que serão empregados no ensino dos discentes. Com essa parte da formação do docente estruturada, e equipamentos realmente duradouros e que funcionem bem, haverá conseqüentemente uma melhor absorção por parte do aluno e isso, resultará no objetivo de todos os programas que é uma educação de qualidade no limite democrático.

2. Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica se desenvolve através de análise em material já

elaborado, formado, sobretudo, de livros e artigos científicos. Em vista disso, em quase todos os estudos é necessário algum tipo de trabalho dessa natureza, no entanto, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente através de fontes bibliográficas.

Com intuito de conhecer um pouco sobre a educação no Brasil, discorrendo sobre as políticas educacionais e principalmente conhecer o conceito qualidade educacional, tendo como pressuposto uma análise no sistema brasileiro de educação, foram analisados alguns textos que tratam do tema qualidade na educação, o documento da Base Nacional Comum Curricular, e outros documentos como a constituição brasileira e a Lei de diretrizes de base.

3. Resultados e Discussão

Diante do exposto pode ser percebido que apesar de existir políticas públicas que abrangem as instituições de ensino, ainda é percebido que as condições necessárias e mínimas para acolher, repassar os conteúdos e dar aos discentes uma educação de qualidade não foi alcançado, pois, existe carência por parte das mesmas em relação a estrutura física, equipamentos, formação dos profissionais e outros fatores que dificultam o aprendizado e o funcionamento das escolas.

A estrutura física e a organização da escola junto com os materiais e equipamentos contribui e constitui de forma significativa o aprendizado do discente. A importância da formação do profissional docente também faz a diferença e colabora para a educação de qualidade, por isso a importância de programas como PAIC que oferecem formação continuada para esses profissionais.

4. Considerações Finais

O presente trabalho teve como finalidade conceituar o que seria a qualidade voltada para a educação, discorrer sobre políticas educacionais no país, e principalmente conceitualizar qualidade em educação. Este trabalho poderá contribuir as pesquisas da área de educação, aos professores e a comunidade científica.

Após discussões este texto possibilitou a constatação do que viria a ser a qualidade na educação brasileira a partir de alguns olhares, a discussão do conceito ora submetendo a escrutínio material e humano.

Houve a apresentação do que são as políticas educacionais no Brasil, comentamos um pouco sobre algumas dessas políticas e ponderamos sobre a mais nova mudança no meio

educacional a Base Nacional Comum Curricular BNCC, que virá a transformar todo o setor no país, trazendo grandes dificuldades e desafios para os discentes e docentes.

Pode ser observado, por fim que o sistema educacional brasileiro é bastante complexo, dentro do mesmo existem políticas que o abrange e o administra, e para garantir que os parâmetros de qualidade das instituições estejam otimizados são utilizadas avaliações diagnósticas. Contudo, analisando o sistema educacional brasileiro, tanto por textos ou até por empiria cotidiana, observa-se que as escolas possuem recursos limitados para garantir o ensino de qualidade, falta política de formação para os docentes, instrumentação para a escola, falta materiais/insumos para os discentes e o próprio contexto social econômico dos discentes, cada vez mais desproporcional, heterogêneo e escasso favorecendo resultados aquém do que deveria se alcançar.

Apesar de ter apresentado ideias e fatos que cumpram com os objetivos deste texto, ainda há muito o que se explorar do assunto qualidade na educação, pois a educação sempre está se transformando para se encaixar na sociedade e nas demandas, além do que, este é um tema que tem uma extrema importância para o nosso país. A educação é o caminho para contribuir nas transformações sociais necessárias.

Referências

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 1988, Artigo nº 205. Acesso em: 10 maio 2020. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp

Brasil. (2018). Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Acesso em: 10 Maio 2020. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf

Barroso, M. C. S., Pereira, R. F., Santos Filho, A. P. A., Silva, E. V. A., Santos, J. P. G & Holanda, F. H. O. (2020). Base nacional comum curricular e as transformações na área das ciências da natureza e tecnologias. *Research, Society and Development*, 9(2), 2020. Disponível em: <https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/1985/1805>.

Dourado, L. F., Oliveira, J. F & Santos, C. A. (2007). A Qualidade Da Educação: Conceitos E Definições. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília-DF 2007. Disponível: <http://portal.inep.gov.br/documents/>

186968/485287/A+qualidade+da+educação+conceitos+e+definições/8926ad76-ce32-4328-8a265139cceddb4?version=1.3

Menegão, R. C. S. G. (2015). Impactos Da Avaliação Externa No Currículo Escolar: Percepções De Professores E Gestores. Tese doutorado, Programa de Pós- Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas,2015. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/254024/1/Menegao_RitadeCassiaSilva Godoi_D.pdf

Marques, C. A., Ribeiro, A. P. M & Ciasca, M. I. F. L. Paic: O Pioneirismo No Processo De Avaliação Municipal Com Autonomia. Estudos em Avaliação Educacional, Fundação Carlos Chagas. 19(41), set./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/viewFile/6097/5062>

Rabelo, J., Segundo, M. D. M., Jimenez, S. Educação para Todos e reprodução do capital. Revista trabalho necessário. issn: 1808-799X. Ano 7, n. 9,. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2069/2027>

Santos, A. H., Santos, H. M. N., Junior, B. S., Souza, I. S & Faria, I. S. (2013). As Dificuldades Enfrentadas Para O Ensino De Ciências Naturais Em Escolas Municipais Do Sul De Sergipe E O Processo De Formação Continuada. XI Congresso Nacional de Educação, Universidade Católica do Paraná, Curitiba, setembro 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/9474_6573.pdf

Saviani, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 7ª. Ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

Silva, V. G. (2008). A Narrativa Instrumental Da Qualidade Na Educação. Estudos em Avaliação Educacional, 19(40 maio/ago. 2008. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2076>

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Rafaela Fernandes Pereira – 60%

Maria Cleide da Silva Barroso – 20%

Francisca Helena de Oliveira Holanda – 10 %

Caroline de Goes Sampaio – 10%